

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 11.12.2018

Reforçar o tratamento do lixo à noite

Nestes últimos anos, tem-se verificado algum progresso no tratamento do lixo nos espaços públicos, a cidade está limpa durante o dia, sem lixo espalhado por todo o lado, o que demonstra que a população está mais consciencializada sobre a higiene. E isto deve-se também ao esforço do pessoal de limpeza que trabalha dia e noite. Mas a situação à noite é diferente. A partir das 8/9 horas da noite, começa a ver-se grande quantidade de lixo na berma das ruas, incluindo contentores de lixo de pequena e média dimensão dos edifícios e restaurantes. Nos termos da lei, esse lixo deve ser tratado pelas empresas de limpeza a expensas dos condóminos e donos de restaurantes, mas alguns indivíduos não cumprem as regras e continuam a deixar lixo doméstico e até lixo de grande dimensão junto dos contentores de lixo. E esse lixo provavelmente ali fica durante várias horas até à sua recolha pelo camião de lixo. Tendo em conta que muito desse lixo não está bem embalado, e os caixotes de lixo não estão bem tapados, começa a escorrer água suja pelas ruas, acompanhada de mau cheiro, prejudicando gravemente o ambiente social. E quando está calor a situação é mais grave, o mau cheiro é muito forte e atrai grande número de ratos e baratas, prejudicando gravemente a higiene pública.

Proponho, então que se proceda à articulação das horas da recolha de lixo nas diversas zonas e que se recomende aos restaurantes para não colocarem os contentores de lixo nas ruas antes da hora definida. Há que planear bem, tendo em conta o trânsito, os itinerários dos camiões de lixo e os locais de recolha, em prol da limpeza atempada e da redução do tempo de espera para a recolha do lixo. A longo prazo, há que encontrar um local adequado para o tratamento uniforme do lixo que precisa de ser colocado nas ruas provisoriamente, aumentando assim a eficácia e reduzindo a acumulação de lixo durante a noite.

Há que reforçar a sensibilização e a execução da lei. Nos termos do Regulamento Geral dos Espaços Públicos, o abandono arbitrário de lixo pode ser multado. Mas é difícil detectar este acto durante a noite, e a grande área envolvida dificulta a execução eficaz da lei. Por isso, o mais importante é recorrer à sensibilização e à educação para incentivar a população a cumprir a lei. Há que reforçar também a execução da lei, punindo aqueles que se recusam a corrigir as irregularidades depois de terem sido chamados à atenção várias vezes. Proponho ao Governo que, para além de afixar cartazes e placas de sinalização nos locais de recolha de lixo, reforce a divulgação e a execução da lei nos pontos negros de acumulação de lixo durante a noite, por forma a reduzir o abandono de lixo a bel-prazer. É possível que os não residentes tenham estilos de vida

(Tradução)

diferentes e desconheçam as normas, assim, proponho que reforce a divulgação para os estrangeiros que residem em Macau. Há que produzir slogans e folhetos publicitários em diversas línguas, de modo a aumentar a eficácia da divulgação.

No fundo, o tratamento do lixo depende dos esforços conjuntos da população, para se conseguir manter um ambiente limpo em Macau. Espero que todos reconheçam os esforços do pessoal de limpeza, compreendam como é árduo o seu trabalho, reduzam o lixo desnecessário e tratem bem o lixo que produzem. Há palavras que nunca passam de moda: “Macau é a minha casa, vamos limpá-la. Podemos manter o ambiente limpo. “

IAOD do Deputado Lei Chan U em 11.12.2018

Reforçar a comunicação e reduzir mal-entendidos

A proposta de lei que revoga o Decreto-Lei n.º 58/99/M, de 18 de Outubro, em fase de apreciação na especialidade pela 3.ª Comissão Permanente da Assembleia Legislativa, propõe a eliminação dos benefícios fiscais das empresas “offshore” de Macau. As actuais empresas “offshore” não podem exercer a sua actividade a partir do dia 1 de Janeiro de 2021.

A entrada em vigor desta proposta de lei suscita grande preocupação entre os trabalhadores das empresas “offshore”, que receiam que estas entrem em falência, provocando uma onda de desemprego. O que deixa esses trabalhadores mais insatisfeitos e desapontados é o comportamento do Governo antes e depois do lançamento da proposta de lei. Antes, o Governo divulgou, repentinamente, as respectivas informações, sem ter mantido uma comunicação suficiente com o sector em causa, e tanto este como os respectivos trabalhadores ficaram surpreendidos. Em relação às eventuais consequências desfavoráveis desta proposta de lei, o Governo não procedeu a uma avaliação exaustiva nem definiu medidas de contingência mais aperfeiçoadas. Após o lançamento da proposta de lei, o Governo não contactou activamente o sector em causa ou, mesmo após a aprovação na generalidade, algumas empresas “offshore” continuaram sem informações. Na apresentação da proposta de lei pelo Governo junto do sector e na sessão de apresentação “one stop” foram poucos os participantes. Durante todo o processo de publicação da proposta de lei, o Governo não teve um mecanismo de tratamento humanizado e prejudicou a imagem de Governo responsável.

No espaço de um mês após a divulgação da notícia, 6 empresas “offshore” comunicaram ao IPIM que iam terminar a actividade, o que corresponde à referida preocupação dos trabalhadores dessas empresas de uma eventual situação de desemprego. De seguida, o IPIM e a DSAL contactaram 5 empresas “offshore”, com um total de 15 trabalhadores locais, com dois a necessitarem do apoio do Governo para colocação profissional. As autoridades afirmaram que vão contactar, a partir deste mês, mais de 300 empresas “offshore”, para saber quantos trabalhadores necessitam de apoio na colocação, esperando que o registo de dados seja concluído antes do primeiro trimestre do próximo ano. O Secretário para a Economia e Finanças prometeu ainda que, durante o período de transição de dois anos, ia apoiar as empresas “offshore” a transformarem-se em empresas normais e a resolver os problemas de emprego dos seus trabalhadores, afirmando que não excluem a possibilidade de exigir que sejam contratados por empresas com pedidos de contratação de TNR.

A meu ver, tendo em conta que as empresas “offshore” têm vindo a manifestar a sua intenção de encerrar as suas actividades, o Governo deve dar a devida atenção a este assunto e estar bem preparado com a maior brevidade possível. Existem em Macau cerca de 360 empresas “offshore”, envolvendo mais de 1700

trabalhadores, e alguns têm antiguidade e idade avançada, ou seja, receiam dificuldades em manter os actuais benefícios remuneratórios após a mudança de emprego, afectando a sua sobrevivência e reduzindo o seu nível de vida, ou até ficar desempregados. O Governo deve compreender as preocupações dos trabalhadores, ouvir atentamente as suas solicitações, ponderar a viabilidade e operacionalidade das mesmas e adoptar medidas integradas para minimizar os efeitos adversos decorrentes da respectiva proposta de lei, a fim de assegurar a harmonia e estabilidade do mercado de emprego e da sociedade em geral. O Governo deve dar muita atenção às empresas “offshore” que encerrem os seus negócios, preparando-se adequadamente para enfrentar eventuais conflitos laborais e proteger os direitos e interesses laborais dos respectivos trabalhadores.

Por último, espero que o Governo, no futuro processo de governação, reforce a comunicação social, reduzindo os mal-entendidos e as barreiras provocadas pela falta de comunicação, promovendo a confiança na cooperação entre o Governo e o público, através de uma comunicação social eficaz, reduzindo assim os custos de funcionamento da sociedade e elevando o nível da governação.

IAOD do Deputado Leong Sun lok em 11.12.2018

O terreno com 70 mil metros quadrados, junto à Praia de Hác-Sá, que tinha sido ilegalmente ocupado mas foi recentemente recuperado pelo Governo, tem recursos ecológicos e importantes que são escassos em Macau. A sociedade espera que, sob o princípio de salvaguarda da natureza, o Governo, através de um planeamento adequado, aumente a área de arborização de Macau, optimize o espaço de lazer da população e impulsione o desenvolvimento rumo a cidade agradável para viver e visitar.

Na minha opinião, em Macau os espaços de lazer são escassos e as instalações de lazer são insuficientes. Nos fins-de-semana e feriados, as Casas-Museu da Taipa e a Praia de Hác-Sá estão sempre cheias de residentes e turistas. Portanto, são muito poucas as opções para os pais que querem passar o tempo com os seus filhos durante os feriados e domingos, não sendo fácil, por isso, encontrarem actividades para desenvolver em conjunto.

Por exemplo, a Pousada de Juventude de Cheoc Van e a Pousada de Juventude de Hác-Sá, que ficam perto das praias e onde a paisagem é agradável, destinam-se principalmente ao arrendamento a alunos e associações para a organização de actividades. Como são muitas as pessoas a correr para conseguir uma reserva e o espaço é limitado, aquelas só albergam algumas dezenas ou até uma centena de hóspedes, por isso, já não conseguem dar resposta às exigências. Segundo muitas associações, é difícil conseguir uma reserva e as instalações estão a ficar velhas. Além disso, são escassos em Macau os locais para a realização de actividades para pais e filhos, para o contacto com a natureza e com pequenos animais. Quando a vida da população é cada vez mais oprimida, como é que se pode falar numa cidade de lazer, agradável para viver e visitar?

Os Novos Territórios e as Ilhas de Hong Kong, nossos vizinhos, estão repletos de recursos naturais, parques e praias. Nestes últimos anos, são cada vez mais estabelecimentos para actividades de aventura e educação na natureza, existem quintas e espaços para actividades de pais e filhos, etc., o que permite às famílias passar os feriados num ambiente natural e confortável. Macau é muito mais pequena do que Hong Kong, por isso, é difícil estabelecer comparações directas. Mas, mesmo assim, há que empregar esforços para preservar os recursos naturais e racionalizar o aproveitamento dos recursos de terra existentes, em prol da disponibilização de mais espaços de lazer para a população, concretizando-se assim o objectivo de cidade confortável para se viver.

Assim sendo, proponho ao Governo que aproveite bem o terreno recuperado recentemente, na Praia de Hác-Sá, para, sob os princípios da preservação do ambiente ecológico e da manutenção de uma certa proporção de espaços verdes,

(Tradução)

construir, eventualmente, um centro de actividades de lazer, actividades juvenis e espaços para pais e filhos. A transformação das actuais ruínas em espaços verdes e de lazer vai contribuir para enriquecer os tempos livres dos residentes.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 11.12.2018

Não se deve criar uma nova política de fixação de residência

Durante o debate das Linhas de Acção Governativa no mês passado, o Secretário para a Economia e Finanças, Lionel Leong, disse que já tinha informado o Chefe do Executivo de que estava a estudar a criação de um projecto-piloto para a importação de quadros qualificados e especializados. E adiantou que, para os atrair, era necessário evitar tocar no cerne da questão, isto é, na fixação de residência em Macau pelos residentes do Interior da China, bem como da exigência de um contrato prévio com empregadores locais, da avaliação das qualificações e do conceito sobre a residência habitual em sentido estrito. Isto demonstra que o Governo pretende criar um novo regime, em paralelo com a “imigração por investimentos relevantes” e a “imigração por fixação de residência dos técnicos especializados”.

Em Julho deste ano, o Relatório do Comissariado contra a Corrupção (CCAC) pôs em causa os procedimentos adoptados pelo Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau (IPIM) na apreciação e autorização dos pedidos de fixação de residência e as suas graves lacunas. Face às dúvidas e à pressão da sociedade, o IPIM acabou por anunciar que ia implementar uma série de medidas para aperfeiçoar o regime, o que é, de facto, necessário. Entendo que o seu objectivo deveria ser definir com clareza, através da reforma e optimização do regime de fixação de residência dos técnicos especializados, os procedimentos internos, os critérios de apreciação e os mecanismos de fiscalização, prevenindo situações fraudulentas e simuladas, bem como situações de abuso, para garantir que os recursos humanos importados sejam verdadeiramente os “profissionais” de que Macau necessita, em vez de, em resposta às críticas da sociedade, abrir um novo canal fora do actual regime de fixação de residência dos técnicos especializados.

O Secretário referiu ainda que ia tomar como referência as experiências da Região Administrativa Especial de Hong Kong (RAEHK). Importa aqui explicar que a RAEHK dispõe de duas formas para a importação de trabalhadores indiferenciados e pessoal qualificado. Uma delas é através da obtenção de visto de trabalho (por exemplo, o programa de importação de quadros qualificados do Interior da China e o novo programa lançado este ano de permissão da entrada de técnicos-profissionais para suprir as deficiências do mercado de trabalho e promover a formação de quadros qualificados locais, segundo os quais se exige, como requisitos, determinadas aptidões ou capacidades profissionais e um contrato de trabalho prévio). A outra é a forma de permanência no âmbito do plano de fixação de residência de técnicos-especializados (segundo o qual o candidato tem de satisfazer as exigências básicas e obter uma classificação, calculada segundo o “sistema de pontuação geral” ou “sistema de pontuação de

sucesso”, findo o qual os mais bem classificados têm de requerer um teste de avaliação para lutar entre eles por uma quota; não se exige um contrato prévio, mas para a renovação da permanência tem de se comprovar a estadia, dentro dum prazo fixado, através da apresentação do título de vencimento ou da declaração de início de actividade). Tanto o regime de trabalho como o de permanência são relativamente claros e rigorosos.

Em Macau, pelo contrário, dá-se pouca importância à formação de quadros qualificados e à promoção do seu desenvolvimento, e são poucas as políticas adoptadas. Por outro lado, existe em Macau uma política de importação de mão-de-obra para satisfazer as necessidades das empresas e do mercado de trabalho. Até Outubro do corrente ano, trabalhavam 5 928 quadros especializados e 152 632 trabalhadores indiferenciados em 14.265 empresas ou entidades. É pena que o regime seja também alvo de críticas da sociedade por ser pouco rigoroso. Há ainda falta de critérios claros no mecanismo de importação de mão-de-obra especializada, deficiências na transmissão de conhecimentos e experiências para os trabalhadores locais e até abuso das quotas de trabalhadores.

No que respeita ao regime de fixação de residência, se o Governo voltar a lançar um novo regime semelhante enquanto o IPIM não aperfeiçoar o actual regime de fixação de residência dos técnicos especializados, não só não será possível resolver objectivamente o problema, como ainda facilmente se deixa de ter controlo sobre as políticas e a avaliação e autorização dos pedidos, criando-se assim furos para serem aproveitados. Por isso, não concordo.

Nesta fase, o Governo deve concentrar forças em aperfeiçoar, quanto antes, os regimes de “imigração por investimento” e de “imigração por trabalho especializado”, deve definir claramente o âmbito dos investimentos relevantes e dos técnicos especializados, para substituir o actual enquadramento que dá para abranger tudo, detalhar os critérios e o regime de pontuação para os técnicos especializados e aperfeiçoar o regime de avaliação e selecção, por forma a garantir que sejam verdadeiros quer os investimentos quer os trabalhadores importados, e a facilitar a fiscalização do público.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 11.12.2018

Em 2016, a Administração referiu que estavam em curso os trabalhos preparatórios para as obras no interior do Museu Temático do Grande Prémio, estando previsto o lançamento do concurso público no início de 2017, com um orçamento estimado em 380 milhões de patacas, destinado principalmente à renovação e reorganização da rede interna de esgotos. De acordo com o ritmo do andamento das obras, esperava-se que estivessem concluídas em 2018. O Museu do Grande Prémio já está fechado há mais de um ano, mas os Serviços de Turismo afirmaram, na semana passada, que o projecto ainda está em fase de concepção e não foi aberto o concurso público, sem mencionar quando vai estar concluído, e o orçamento financeiro destas obras subiu para 830 milhões de patacas. O Governo esclareceu que o montante inicial de 380 milhões de patacas se destina apenas a despesas com obras de infra-estruturas e que os 830 milhões de patacas incluem as despesas acima referidas e também as despesas com a aquisição de equipamentos. Os custos adicionais são uma estimativa feita pela empresa de consultadoria sobre o projecto de melhoramento dos equipamentos do museu apresentado pelo empreiteiro. A explicação do Governo é duvidosa. Porque é que, aquando da publicação inicial, não se planeou o orçamento de uma só vez? E, no futuro, as obras de remodelação vão ser tal como as outras do Governo, ou seja, os excessos das despesas sem limite e a conclusão das obras fora do prazo consagrado?

Se olharmos para as obras públicas em Macau, o prazo das obras arrasta-se e o orçamento é demasiado elevado, e são inúmeros os casos, tal como o “Macau Dome”, cujo orçamento inicial foi de 640 milhões de patacas e que acabou por custar cerca de 1,3 mil milhões, um excesso de despesas de mais de 80%. O novo *campus* da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin aumentou de 5800 para 10 200 milhões de patacas, um excesso de mais de 70%, e o custo da construção do Terminal Marítimo de Pac On aumentou de 580 milhões para 3,78 mil milhões de patacas, um aumento de 5,5 vezes.

O Comissariado de Auditoria referiu, mais de uma vez, que os serviços públicos, antes de elaborarem o projecto das grandes infra-estruturas, não têm, em geral, a consciência de proceder à estimativa global e científica das despesas totais do projecto, pelo que considera que devem retirar os devidos ensinamentos da experiência, para evitar alterações significativas nas dotações orçamentais de outras acções do Governo, prejudicando a execução do plano de desenvolvimento anual.

Embora existam actualmente em Macau receitas do jogo brilhantes, os recursos devem ser utilizados de forma adequada, tendo em conta as obras relacionadas com a vida da população e os benefícios sociais, por forma a aumentar a eficácia do uso do erário público. O Governo deve, em qualquer momento, respeitar o princípio de gestão prudente das finanças públicas e de

(Tradução)

poupança das despesas, em vez de investir os valiosos recursos do Governo em obras sem limite de prazo e de excesso de despesas.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 11.12.2018

Durante o debate das Linhas de Acção Governativa (LAG), o Secretário para a Economia e Finanças afirmou que, mantendo-se a actual política de imigração por investimentos relevantes e de imigração por fixação de residência dos técnicos especializados, tinha sugerido ao Chefe do Executivo a criação de um novo regime de imigração - o “Plano de captação de talentos e pessoal de excelência nas áreas científicas”, sendo que os requerentes não necessitam de ser contratados por um empregador local antes de efectuarem o pedido, por isso, podem encontrar um emprego ou criar o seu próprio negócio após a sua chegada a Macau, tratando-se então duma política que vai permitir importar talentos e pessoal de excelência para as áreas científicas. A sociedade deu extrema importância e discutiu imenso sobre este assunto.

Recentemente, o Comissariado Contra a Corrupção (CCAC) divulgou o Relatório de Investigação sobre a apreciação, pelo IPIM, dos pedidos de “imigração por investimentos relevantes” e de “imigração por fixação de residência dos técnicos especializados”, o qual refere que existem problemas relacionados com a falta de mecanismos rigorosos de apreciação e de verificação dos valores e aplicação na prática dos investimentos. A sociedade é de opinião que o Governo ainda não melhorou os mecanismos de apreciação e agora quer abrir um novo tipo de imigração, o que significa que vai ser dada luz verde à política de imigração. Também existem opiniões a defender que este novo modelo de imigração tem muitas semelhanças com os modelos já existentes, e que, por isso, se se ajustar o método do cálculo de pontuação também se consegue atingir os objectivos, não sendo por isso necessário criar um novo modelo. Alguns residentes entendem que isso vai afectar as suas oportunidades de emprego.

Na minha opinião, a importação de talentos é extremamente importante para impulsionar o desenvolvimento sustentável de uma sociedade, e muitos países e regiões dão muita importância a isso, pois revêem periodicamente as suas políticas tendo em conta a concorrência feroz de outros locais e empresas devido à globalização da economia. Macau tem um mercado muito pequeno, de mono-indústria, de difícil diversificação, e em alguns sectores não há reserva de talentos, o que aumenta as dificuldades para a diversificação da nossa economia. Isto tudo vai resultar num círculo vicioso. Assim, com vista a elevar a competitividade de Macau, é de facto necessário estudar um meio para a importação e manutenção de talentos. Mas tendo em conta que o IPIM falhou nos seus trabalhos de apreciação e verificação, e como o Governo ainda não divulgou mais detalhes sobre este novo tipo de imigração, a sociedade apenas pode especular, e é natural que esteja preocupada com a possível falta de imparcialidade e de transparência. Assim sendo, a Administração deve divulgar quanto antes como vai ser esse “Plano de captação de talentos e pessoal de excelência nas áreas científicas”, nomeadamente, os seus critérios, métodos de apreciação, regime de pontuação e os respectivos trabalhos de verificação, e deve ainda lançar uma consulta pública

para ouvir as opiniões dos residentes, com vista a conseguir chegar a um consenso e a aumentar a credibilidade da Administração.

Para além disso, o Governo deve ainda esclarecer quais são as diferenças entre o “Plano de captação de talentos e pessoal de excelência nas áreas científicas” e a política de “imigração por investimentos relevantes”, nomeadamente, se há alguma complementaridade ou sobreposição entre estes dois tipos de imigração. Este esclarecimento pode dissipar as dúvidas da sociedade. O novo tipo de imigração autoriza os talentos a virem até Macau para procurar emprego ou abrir os seus próprios negócios, mas se vierem para Macau e ficarem muito tempo sem emprego ou se arranjam emprego numa área em que Macau não necessita de talentos, e mesmo assim conseguem direito a residência, o referido plano perde o seu significado e será uma grande lacuna desta política. Assim, o Governo deve dar importância e defender os objectivos delineados, pois deve estipular um período de observação e seguimento para cada um dos casos, e deve ainda divulgar atempadamente as informações sobre as autorizações das residências temporárias e as suas renovações, elevando assim a transparência e dissipando as preocupações dos residentes. Mas o mais importante é a política de imigração e o plano de captação de talentos terem em conta a oferta e a procura no nosso mercado de trabalho, o Governo deve avaliar o número de empregados locais de todos os sectores, o número de finalistas nos vários níveis de ensino que vão depois ingressar no mercado de trabalho, bem como avaliar quais são os talentos que nós precisamos para o desenvolvimento de Macau. Só assim é que se consegue importar talentos de forma correcta e garantir que estes contribuam para o desenvolvimento de Macau.

IAOD da Deputada Chan Hong em 11.12.2018

O Posto Fronteiriço de Qingmao situa-se a cerca de 800 metros a sudoeste do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco e de Gongbei. Segundo a apresentação do Governo, será aí aplicado o novo modelo de passagem automática “inspecção fronteiriça integral”, com uma capacidade para 200 mil passagens por dia. Será que esse posto pode entrar em funcionamento em Dezembro do próximo ano, pois já estão em curso as obras de construção das infra-estruturas do posto de inspecção e dos respectivos acessos, embora haja divergência de posições? De facto, a sua entrada em funcionamento facilita a entrada e a saída dos residentes e visitantes, mas também traz graves problemas de trânsito para as zonas envolventes. Tendo em conta a actual situação e os equipamentos complementares de trânsito dessa mesma zona, é mais que certo que não vão poder satisfazer as necessidades decorrentes da referida entrada em funcionamento. No debate das LAG, o Secretário para os Transportes e Obras Públicas afirmou que vai haver nessa zona uma estação de autocarros e uma praça de táxis. Mas, face ao enorme fluxo de pessoas e veículos, há que dispor também de medidas suficientes, nomeadamente, ligações tridimensionais, sistema de controlo de tráfego e camaras de videovigilância, pelo que se espera que o Governo active esses trabalhos, o mais brevemente possível. A construção do posto fronteiriço e a instalação dos equipamentos complementares nas zonas envolventes têm de ser planeadas e executadas em simultâneo e não por fases.

Mais, a proximidade entre o posto fronteiriço de Qingmao, o posto fronteiriço do parque industrial transfronteiriço e o das Portas do Cerco implica que se deve pensar com urgência em formas de escoamento eficazes de pessoas, veículos e mercadorias. Em 2017, registaram-se 128 milhões de entradas/saídas. A sociedade espera que seja definido um plano geral de reordenamento do trânsito nas Portas do Cerco, mas o Governo, até à data, não se pronunciou sobre ele. Com a entrada em funcionamento do posto fronteiriço de Qingmao, vai agravar-se a pressão do trânsito nas zonas da Areia Preta, Ilha Verde e Fai Chi Kei, portanto, como aumentar a eficácia da fluidez do trânsito e a distribuição deste pelos diversos postos fronteiriços tornou-se uma questão directamente ligada ao nível da qualidade de vida dos residentes, por isso exorto o Governo a, quanto antes, elaborar um plano geral e a definir os respectivos projectos.

IAOD do Deputado Sou Ka Hou em 11.12.2018

Declaração política: discordo da demissão dissimulada de dois assessores veteranos da Assembleia Legislativa e lamento-a

Venho, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 53.º do Regimento da Assembleia Legislativa, apresentar a seguinte declaração política no período de Antes da Ordem do Dia:

É frequente dizer-se que um dos deveres primordiais da Assembleia é fiscalizar o Governo. Na verdade, o poder de fiscalização é uma das competências muito importantes da AL. Então, não podemos deixar de perguntar: “Quem tem o poder de fiscalizar o funcionamento da Assembleia?” A resposta é óbvia: deve ser toda a população. Os cidadãos não só têm o poder, sem reservas, de fiscalizar a AL, mas também o dever e a responsabilidade indeclinável de a fiscalizar.

A razão é simples: a existência do Parlamento subjaz ao interesse público, estando aquele ao serviço de todos os cidadãos. Por isso, os deputados à AL, especialmente os eleitos pela população, têm sido agraciados com a missão divina de “representadores”. É inevitável que o trabalho da Assembleia nunca é reconhecido por todos e, quando se confronta com as críticas dos cidadãos – por mais desagradáveis que sejam, os seus membros, incluindo a minha pessoa, devem sempre fazer uma auto-reflexão.

Mas, objectivamente falando, o Parlamento assume, no seu dia-a-dia, funções muito pesadas, e os esforços e contribuições de muitos dos seus membros são incontornáveis, especialmente, os inúmeros “heróis por detrás dos bastidores” que os cidadãos não conhecem. Para além dos deputados em frente da câmara, existe ainda cooperação entre os elementos dos Serviços de Apoio, incluindo o Gabinete da Presidência, a Secretária-Geral e a Secretária-Geral Adjunta, a Assessoria, o Gabinete de Tradução, o pessoal dos Assuntos Gerais, da informática e das publicações, bem como outros trabalhadores da camada de base.

No entanto, é lamentável que, após o dia 31 de Dezembro, dois assessores jurídicos da Assembleia Legislativa, experientes e respeitados, tenham de se ir embora. Contrariamente ao que se verificou com a maioria dos assessores que abandonaram a Assembleia, aqueles nunca manifestaram a sua intenção de sair, nem tão-pouco tinham um outro emprego melhor, como lá fora se dizia. Foram repentinamente informados, por escrito, da não renovação dos seus contratos. A carta não explicou as razões concretas. Não se trata apenas de um assunto interno da Assembleia Legislativa, pois o profissionalismo e a estabilidade da equipa de juristas têm a ver com a qualidade da legislação e o nível parlamentar,

por isso, é também um assunto relacionado com o público, de que este precisa de se inteirar melhor.

Sem qualquer dúvida, os assessores Paulo Cardinal e Paulo Taipa são juristas profissionais e experientes, dominam bem o Direito Constitucional, a Lei Básica e a Lei do Jogo. Especialmente o assessor Paulo Cardinal, que em 1992 iniciou a sua carreira na Assembleia Legislativa com 26 anos de idade, é um dos elementos com mais tempo de serviço ininterrupto desde 2001 até à presente data.

Como é sabido, estes dois assessores dedicaram-se activamente à discussão de leis, participando, na AL, na promoção de uma interacção pluralista e positiva com diferentes pontos de vista e interpretações jurídicas. Tal como os outros assessores jurídicos, têm utilizado os seus ricos conhecimentos jurídicos para implementar o espírito e o valor da Lei Básica e da demais legislação, e tudo isto é favorável à elevação contínua da qualidade da legislação e do nível parlamentar.

É de salientar que todos os membros da Assembleia Legislativa, incluindo os assessores jurídicos, devem ser quadros qualificados preciosos, pelo que o esforço e a dedicação dos mesmos em diferentes postos de trabalho na AL beneficiam, em última análise, toda a sociedade. Isto está absoluta e intimamente ligado à vida dos residentes da RAEM. Mas a decisão tomada pela Assembleia Legislativa, que despede de forma dissimulada os dois assessores, contradiz o objectivo de ver os trabalhos da AL aperfeiçoados, o que deixa muitos deputados, profissionais e até mesmo o público perplexos e preocupados.

Permitam-me citar o comentário do antigo deputado Leonel Alberto Alves: *“Os dois assessores são e serão elementos indispensáveis para manter a qualidade do trabalho legislativo da Assembleia Legislativa. Ninguém consegue entender qual o interesse público tão relevante que não permite a renovação dos contratos em causa. Não se deve misturar poder discricionário com poder arbitrário, ainda que o poder público esteja a tratar de uma relação contratual com termo certo, mas renovável. Uma decisão destas é sempre ditada por razões que não podem cingir-se à mera caducidade temporal dos contratos. Há também que ter em conta que Macau é subordinada ao primado do Direito, e dos seus valores fundamentais destacam-se os de dignidade da pessoa humana”*.

Por último, permitam-me tomar de empréstimo as palavras do assessor Paulo Cardinal: *“As pessoas de Macau não devem considerar os direitos fundamentais como um dado adquirido. É difícil lutar por um bom sistema de direitos fundamentais, sendo porém bastante fácil a sua destruição”*. Agora, a saída dos dois juristas qualificados vai ser uma perda para a Assembleia e para a sociedade. Seja como for, gostaria de aproveitar esta declaração política para lhes manifestar os mais sinceros agradecimentos e enviar votos de felicidades.

IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 11.12.2018

Será que os trabalhos deste Governo vão ser deixados para o próximo Governo?

Alguns residentes entendem que, apesar da maior parte dos trabalhos constantes das LAG ter vindo a ser acompanhada de forma contínua, verifica-se, no entanto, incoerência em relação a alguns trabalhos, suspeitando que, se os deputados não insistissem com o Governo, esses trabalhos iam cair em saco roto. Isto põe em causa o prestígio do Governo e também afecta, profundamente, o desenvolvimento estável da sociedade. Por exemplo, a lei sobre aquisições públicas, na qual temos insistido ao longo dos anos, se não for revista em tempo oportuno, pode dar lugar a situações de corrupção. O Governo sabe muito bem da importância dessa lei, mas tem deixado arrastar, e só até ao final do corrente ano é que foi lançado o documento para consulta pública, sem se saber quando é que a lei vai ser elaborada. Entretanto, algumas propostas de lei sem insistência por parte dos Deputados foram tratadas com processo de urgência, o que suscita dúvidas. Quanto aos trabalhos legislativos, os residentes não podem deixar de pensar nas questões relacionadas com a vida da população, tais como: os “arrendatários trapaceiros”, as infiltrações de água, as pensões ilegais, a Lei da Protecção dos Direitos e Interesses dos Consumidores, a revisão da Lei do Ruído, etc. Os cidadãos entendem que se deve avaliar, atempadamente, a eficácia e a calendarização da respectiva revisão legislativa, pois os assuntos relacionados com a população são todos relevantes, sendo necessário concluir, quanto antes, os trabalhos de revisão dos diplomas relacionados com a vida do povo, pois só assim é que se consegue resolver, efectivamente, as suas dificuldades. Mas será que estes problemas só poderão ser resolvidos pelo próximo Governo? Por exemplo, do relatório das LAG para 2014 consta o planeamento sobre a água reciclada, que foi posto de lado em 2015, devido aos custos elevados, entre outros factores. Mas, neste momento, face à grave poluição ambiental, às alterações climáticas e ao agravamento do problema da salinidade, Macau pode também deparar-se com dificuldades no abastecimento de água. Ao nível nacional, e mesmo mundial, verifica-se também uma crise de falta de recursos hídricos. Se contemplarmos apenas os próprios interesses de Macau, sem visão global de todo o País, isto é, se deixarmos por concretizar o projecto da água reciclada, não correremos o risco de, um dia, ficar sem água? Não se esqueçam de que a segurança ecológica faz parte da segurança nacional. Se não se actuar, como é que Macau pode cumprir a missão de salvaguardar a segurança nacional, incumbida pelo Estado?

De facto, para servir melhor a população e elevar a eficiência e o nível de governação, o Governo elabora anualmente o Relatório das LAG para o ano seguinte, tendo ainda definido o seu primeiro Plano Quinquenal. Tudo isto demonstra que o Governo está disposto a assumir as suas responsabilidades, o que é absolutamente positivo. Mas os cidadãos esperam que o Governo possa

concluir os seus trabalhos ainda durante o seu mandato, em vez de transformar as linhas de acção em objectivos e passar os problemas para o próximo Governo. Senão, isto vai ser um círculo vicioso para a acção governativa, e a população só poderá continuar a ficar à espera de ver as suas dificuldades resolvidas. Na opinião da população, o Governo deve, pelo menos, fazer um balanço sobre os sucessos e as falhas da acção governativa, e ver, quanto aos trabalhos relacionados com a vida da população, quais podem ainda ser concluídos, e quais vão ser passados para o próximo Governo, para os cidadãos terem uma ideia, em vez de ficar infinitamente à espera!

Intervenção da Deputada Wong Kit Cheng em 11.12.2018

Reforçar a protecção dos menores contra abusos sexuais

No mês passado, detectou-se em Macau um caso de abuso sexual praticado por um explicador contra menores. Como o caso envolveu vários menores, a sociedade ficou espantada e o caso atraiu grande atenção dos pais. Fazendo uma retrospectiva, este ano registaram-se vários abusos sexuais contra menores, por exemplo, em Maio, suspeita-se que crianças do ensino infantil tenham sido violadas por um trabalhador estrangeiro do sexo masculino; em Outubro, descobriu-se um caso de suspeita de abuso sexual praticado por um professor na ocupação de tempos livres contra duas crianças do sexo feminino, o que demonstra que os trabalhos de protecção de menores ainda não são bem realizados em Macau. Os referidos casos foram fortemente censurados, porém, Macau, enquanto local onde se aplica a Convenção sobre os Direitos da Criança, necessita ainda de se articular plenamente com a execução e revisão da lei, a política de educação sexual, o apoio dos encarregados de educação e das escolas, bem como os trabalhos de generalização do Direito, de modo a proporcionar mais protecção aos menores, permitindo-lhes crescer num ambiente saudável e feliz.

O Centro de Educação Moral que depende da DSEJ nunca deixou de promover a educação sexual e a formação de docentes, só que parece que os resultados não são satisfatórios. Segundo alguns estudantes, a educação sexual e os conhecimentos no âmbito da generalização do direito, ministrados nas escolas, são insuficientes, até alguns professores desconhecem as etapas de notificação quando se verificam suspeitas de abuso sexual, e a legislação relativa aos crimes sexuais. Estes professores incutem nos alunos o conceito errado de que “não há lugar a crime pela prática de importunação sexual”. Por isso, o Governo deve rever se o método de divulgação da educação sexual, que continua a ser feita apenas pelo Centro de Educação Moral, é o mais adequado. Segundo as opiniões da DSEJ, não é apropriada a transformação da educação sexual numa disciplina autónoma. Mas mesmo assim, devem definir-se instruções claras, exigindo às escolas que, com base nas disciplinas existentes, ministrem os conhecimentos necessários sobre educação sexual, a fim de reforçar a consciência dos menores para a sua auto-protecção.

Assim sendo, sugiro à Administração que proceda à integração dos recursos de educação sexual existentes, no sentido de criar um centro de recursos educativos sexuais que proceda à gestão uniformizada de todos os cursos de formação para os formadores, à organização de palestras sobre educação sexual, à elaboração de material didáctico para a educação sexual, bem como à definição de linhas sistemáticas de desenvolvimento da educação sexual e à

fiscalização da execução e concretização dessas mesmas linhas. Deve ser também o referido centro a coordenar os trabalhos relativos à educação sexual na comunidade, nas redes informáticas e nos encarregados de educação, e também deve ser esse centro a conjugar-se com as forças das associações e da sociedade civil para a divulgação das informações sobre educação sexual da DSEJ.

Ao mesmo tempo, devem ser reforçados os trabalhos de generalização do direito, através da cooperação entre a DSEJ, DSAJ, IAS e as associações de serviços sociais, com vista a consciencializar a sociedade para ficar a conhecer correctamente a gravidade dos crimes e a importância da protecção dos menores, e proteger em conjunto as vítimas, tendo em conta as leis relativas aos crimes sexuais no Código Penal e a Convenção sobre os Direitos da Criança.

Para além disso, o Governo deve reforçar a fiscalização dos estabelecimentos de actividades para menores e concluir, quanto antes, a revisão do “Regime de licenciamento e fiscalização dos centros de apoio pedagógico complementar particulares”, aumentando as respectivas sanções e responsabilidade solidária. Deve reforçar a frequência das acções de fiscalização aos referidos estabelecimentos e proceder ao exame rigoroso da identidade e da qualificação do pessoal docente desses estabelecimentos, a fim de reforçar a protecção dos menores.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 11.12.2018

O ensino especial é uma parte integrante da educação de Macau, e é também uma medida importante para assegurar a educação adequada aos portadores de deficiência física e mental, com o objectivo de apoiar os alunos a integrarem-se na sociedade, a desenvolverem as suas potencialidades e a participarem no emprego, entre outros. Embora o desenvolvimento da educação especial de Macau tenha obtido alguns resultados nos últimos anos, ainda há espaços por melhorar no sistema educativo, no ensino individual e nos cursos pedagógicos.

Já se passaram mais de 20 anos desde a definição do “Regime educativo especial”, e alguns articulados já não conseguem acompanhar o ritmo do desenvolvimento social. O Governo concluiu, em 2015, a consulta sobre a revisão da lei do “Regime educativo especial” e apresentou, em 2016, o conteúdo da respectiva revisão, incluindo a definição das características básicas dos alunos, e a definição de cursos educativos e de planos educativos individuais. Em 2018, afirmou que ia aperfeiçoar ainda mais o texto de revisão do regime do ensino especial.

Apesar de já se terem passado mais de três anos desde a conclusão da consulta pública sobre a revisão do “Regime educativo especial”, o próximo passo ainda não foi concretizado, por isso, a sociedade questiona a determinação do Governo em rever a lei. Segundo alguns pais de alunos, essa revisão tem a ver directamente com a melhoria da qualidade do ensino especial. Actualmente, ainda não há em Macau uma base de dados sobre os alunos com necessidades educativas especiais, o que impede o Governo, as escolas e as instituições de ensino superior de analisar sistematicamente os problemas globais da educação especial em Macau. Mais, o ensino técnico-profissional é muito importante para os alunos que são fracos nos conhecimentos gerais, ajudando-os a dominar mais técnicas de sobrevivência, para, no futuro, poderem sobreviver com as próprias técnicas aprendidas. No entanto, nos cursos do ensino especial falta o ensino técnico-profissional e no “Regime do ensino técnico-profissional”, cuja consulta pública foi recentemente concluída, os alunos do ensino especial não foram incluídos também.

Assim, sugiro ao Governo que acelere os trabalhos de revisão da referida legislação, definindo claramente os critérios e as orientações de tratamento. Ao mesmo tempo, deve ser criada uma base de dados sobre as informações dos alunos de educação especial de Macau e analisar sistematicamente os problemas gerais da educação especial de Macau, para que, para além da definição científica do respectivo sistema de políticas, se possa facilitar o acompanhamento dos casos dos alunos pelos serviços e instituições, para a concretização verdadeira de “ensinar de acordo com as capacidades dos alunos”. Mais, pode ainda ponderar-se, na revisão do regime do ensino técnico-profissional, integrar os alunos do ensino especial, acrescentando-se, quanto

(Tradução)

antes, cursos técnico-profissionais nos cursos do ensino especial, a fim de reforçar o apoio ao ensino técnico-profissional dos alunos com necessidades especiais, ajudando-os a integrarem-se na sociedade.

IAOD da Deputada Lam lok Fong em 11.12.2018

Construir uma rede urbana de bebedouros de água potável e reduzir o uso de garrafas de plástico

No último ano, devido à consciencialização do desastre ecológico causado pelo uso abusivo de plástico no planeta, muitos governos implementaram uma política muito agressiva para reduzir o uso de sacos de plástico. Quanto a isto, o ritmo de Macau é lento, mas o volume de produtos de plástico utilizado em Macau é assustador. Na resposta a uma interpelação escrita, dada pela Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental (DSPA) no ano passado, refere-se que em 2015 as garrafas de plástico diariamente incineradas atingiram 17 toneladas e, com base no padrão geral, se 40 mil garrafas de plástico pesam uma tonelada, isto significa que o volume gerado diariamente atinge 680 mil garrafas de plástico. Actualmente, Macau tem 650 mil habitantes, e isso equivale a mais de uma garrafa de plástico por dia por habitante. Pelo exposto, no âmbito da redução de produtos de plástico, é importante impulsionar a redução do uso de garrafas de plástico.

A DSPA anunciou, recentemente, que, através de um plano-piloto, ia proceder à colocação de bebedouros automáticos em diversos estabelecimentos de Macau para uso da população. Creio que esta medida contribui para reduzir as garrafas de plástico decorrentes do consumo de água. Se for possível assegurar uma rápida e ampla colocação dos mesmos em diversos recintos públicos de Macau, para disponibilizar locais suficientes de abastecimento de água, e reforçar as acções de divulgação para incentivar os cidadãos a trazer as próprias garrafas de água, é de crer que isto surtirá o efeito de redução evidente de produtos de plástico. Não se pode, apenas, depender do Governo na implementação desta política, sendo também necessárias as acções conjuntas de toda a sociedade, para que cada residente mude os seus hábitos e contribua para a redução do uso de produtos de plástico.

Numa primeira fase, a instalação de bebedouros automáticos concentrou-se nos serviços públicos e em alguns estabelecimentos de serviços de utilidade pública. Foram também disponibilizados para o uso da população durante o recente Festival de Gastronomia. Como Macau é uma cidade turística, as áreas com maior fluxo de pessoas e maior consumo de garrafas de plástico com água são, normalmente, os grandes hotéis-casinos. Para os bebedouros automáticos originarem uma redução do uso de produtos de plástico, é indispensável a participação das empresas. Com a conclusão da primeira fase de instalação, o Governo deve avançar, o mais rápido possível, para a próxima fase, para que os mesmos sejam instalados nos principais pontos turísticos e estabelecimentos de entretenimento. Mais, há que exigir, de forma estratégica, a suspensão da venda nestes locais de pequenas garrafas de água. Com o incentivo aos turistas, através de campanhas de sensibilização, de trazerem as suas próprias garrafas

de água, é de crer que se vai conseguir controlar eficazmente o aumento do lixo de garrafas de plástico.

Dum ponto de vista comercial, pode mudar-se o modelo de venda de bebidas, substituindo as garrafas de plástico por copos de papel ou recipientes próprios. Na realidade, há muitos exemplos deste modelo. Com uma procura na internet, pode verificar-se que em muitos lugares do Interior da China já foram instalados os respectivos equipamentos, o que demonstra que Macau fica um pouco atrás. Assim, alguns serviços públicos devem tomar a iniciativa de negociar com os actuais importadores de bebidas em garrafas de plástico sobre o novo modelo de venda dos produtos, definindo uma calendarização para a redução ordenada do uso de produtos de plástico no consumo comercial. Se algumas empresas acharem que é difícil fornecer água gratuita, pode considerar-se também, na perspectiva do mesmo modelo comercial, a disponibilização de instalações para venda de água, sendo isto também uma oportunidade comercial.

Para além de reduzir o uso de garrafas de plástico, há que contar também, no âmbito de reduzir os sacos e as embalagens de plástico em Macau, com a mudança de hábitos de cada residente e a colaboração de empresas comerciais. Desejo que, na sociedade, os indivíduos de diferentes origens possam esforçar-se na redução do uso de produtos de plástico. De facto, mudar os hábitos de vida é mais difícil do que se pensa, mas, se todos conseguirem dar o primeiro passo na mudança, podemos criar, então, um ambiente saudável e sustentável para a próxima geração.

IAOD do Deputado Au Kam San em 11.12.2018

O preço das habitações económicas é mais baixo do que o das habitações privadas, o que induz as pessoas em erro, criando a impressão de que os seus compradores estão a retirar vantagens da sociedade e até de que o Governo utiliza o erário público para os subsidiar, mas, na verdade, o seu preço é superior ao custo de construção (inclui os custos de construção, do terreno e administrativos). A venda de habitações económicas é um negócio lucrativo, só que a margem de lucro não é tão louca como a que é retirada pelos empresários das habitações privadas. Na altura da produção da lei agora em vigor, foi discutida a forma como devia ser fixado o preço das habitações económicas, e lutei, nessa altura, para que fosse fixado segundo os custos, ou seja, o Governo não devia retirar daí lucros nem atribuir subsídios. Porém, o Governo decidiu indexar o preço à chamada capacidade económica, pondo de lado a minha sugestão. Existe um limite máximo e mínimo de rendimentos para a candidatura à habitação económica, mas a capacidade económica difere bastante entre os que recebem um rendimento muito perto do limite mínimo e os do limite máximo. Como é que se pode reflectir a capacidade económica se a habitação é a mesma, só o preço é que é diferente? Isto não passa de um disparate clássico do Governo, para encontrar uma desculpa para a sua justificação.

Além disso, a lei actual prevê um regime de compensação no caso da venda destas habitações após 16 anos, o que significa que os seus compradores passam a ser devedores do Governo se o valor exceder um milhão de patacas. Se isto for considerado como parte do preço da habitação, os lucros são igualmente assustadores. Pode-se então afirmar que os compradores não obtiveram qualquer apoio financeiro do Governo e também não retiraram qualquer benefício à RAEM. Adquiriram habitação económica só para não serem sugados pelos empresários do sector imobiliário.

Provavelmente, os que adquiriram imóveis no mercado a preço alto e irrazoável, ao verem outros comprar habitação económica a preços módicos, dificilmente conseguem encontrar, em termos psicológicos, um ponto de equilíbrio. Recordo-me que, na campanha de recolha de assinaturas para apoiar a consagração do regime do ensino gratuito, alguém me perguntou “*o que é que o ensino gratuito tem a ver comigo, se já concluí os estudos?*” e eu ripostei, dizendo “*se tiver filhos no futuro, gostaria, ou não, que eles tivessem acesso ao ensino gratuito que você nunca teve?*”. Foi assim que muitas pessoas acabaram por assinar, dando assim o seu apoio à luta pela escolaridade gratuita. Não é menos verdade que é devido ao retrocesso das políticas da habitação económica que muitas pessoas acabaram por adquirir imóveis a preço elevado e passaram a ser escravos da casa. Será que gostaríamos de ver as próximas gerações a serem máquinas automáticas de levantamento de dinheiro dos empresários do sector imobiliário?

Entende alguém que não se pode construir mais habitações económicas, porque os recursos de solos são limitados. As habitações sociais pertencem sempre ao Governo, mas as habitações económicas vão diminuindo à medida que vão sendo vendidas. Se bem que sejam poucos os recursos de solos, certo é que são meios para resolver os problemas habitacionais dos residentes. E a sua utilização para a construção de habitação económica pode satisfazer as necessidades habitacionais. Porque é que não constroem habitações económicas? Porque é que não há problema se os terrenos forem concedidos a preços de saldo para a construção de habitações privadas? Tanto as habitações privadas, como as habitações económicas podem resolver os problemas habitacionais dos residentes, e qualquer uma delas exige terrenos. Nunca há problemas quando se constrói habitação privada, mas quando os terrenos são usados para construir habitação económica é um desperdício. Porquê? Alguém já pensou nestas diferenças?

É tudo habitação. Se for económica, o lucro é baixo, mas se for privada, então o lucro é elevado. Por exemplo, os custos de construção duma habitação com iguais dimensão e acabamentos são um milhão de patacas. Se for o Governo a construí-la, pode ser vendida por um milhão e meio de patacas, mas se for um empresário, vende por cinco milhões. Será que deixá-lo ganhar mais alguns milhões de patacas é considerado uso justo e razoável dos recursos de solos? Isto depende de quem é beneficiário? É o público em geral ou o particular? Será que sacrificar a maioria para beneficiar a minoria é o objectivo da sociedade de hoje?

Devemos lutar, com toda a firmeza, pela construção de mais habitações económicas, o que não só contribui para baixar o preço das privadas, mas também para satisfazer as necessidades habitacionais dos residentes.

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 11.12.2018

Há que proceder, quanto antes, à consulta pública sobre a política “novos aterros urbanos para as gentes de Macau” e há que mostrar sinceridade disponibilizando habitações económicas em número suficiente

Na sessão de perguntas e respostas no dia 16 de Outubro, o Chefe do Executivo afirmou que, com a recuperação dos terrenos desaproveitados e a concretização dos novos aterros, os recursos de solos aumentaram, portanto, há novas condições para a Direcção dos Serviços de Estudo das Políticas e Desenvolvimento Regional reiniciar o estudo sobre a política “terras de Macau para os residentes de Macau”, para se estudar, auscultar amplamente as opiniões e chegar a um consenso. E reafirmou que até ao momento não foi concedido nenhum terreno dos novos aterros.

Solicito ao Chefe do Executivo que exorte o responsável daquela Direcção a preparar, quanto antes, a realização da consulta pública para auscultar as opiniões e se obter o consenso dos diversos sectores da sociedade, com vista a concluir, no primeiro semestre do próximo ano, o processo de consulta pública e o respectivo balanço.

O Governo Central autorizou 350 hectares de aterros, e definiu que a zona dos novos aterros se destinava a dar resposta às necessidades habitacionais dos residentes de Macau. Após discussão e análise, sabemos que desde que se cumpra a promessa de reservar terrenos na zona A dos novos aterros para a construção de 28 mil fracções de habitação pública, os terrenos para as gentes de Macau nos novos aterros urbanos não vão ocupar nenhum terreno destinado à habitação pública, antes pelo contrário, vai assegurar-se, a longo prazo, o desenvolvimento diversificado e as mudanças dos novos aterros, com vista a responder às necessidades dos residentes ao nível da aquisição de habitação. As diferentes tipologias de habitação pública nos novos aterros poderão ser transferidas, nos termos da lei, para o mercado privado, sendo então recursos de longo prazo para os residentes poderem ter, de forma justa, uma habitação própria.

Na resposta aos deputados, o Chefe do Executivo reiterou que até ao momento não foi concedido nenhum terreno dos novos aterros. Então, reafirmo que, a fim de garantir a criação antecipada, sem prejuízo dos direitos e interesses adquiridos, de um regime de restrições à compra e venda de terrenos destinados às gentes de Macau nos novos aterros, é necessário continuar a assegurar que, até à conclusão da consulta pública e da publicação da respectiva legislação, os terrenos destinados à habitação não sejam concedidos, de forma a satisfazer as necessidades habitacionais dos residentes de Macau.

(Tradução)

Com a recuperação dos terrenos não aproveitados e a concretização dos novos aterros, aumentam os recursos de solos da RAEM. O Governo não está preparado para voltar ao regime de pontuação para a lista de espera das habitações económicas, mas quando aceitar novas candidaturas, deve disponibilizar, com toda a sinceridade, mais fracções (por exemplo, aproveitar os terrenos da Zona A dos novos aterros e da Avenida Wai Long para construir, no mínimo, 12 mil habitações económicas), e não apenas limitar-se a sortear 4 mil fracções, deixando os candidatos desapontados.

Intervenção da Deputada Song Pek Kei em 08.12.2018

Promover o apoio complementar aos serviços de reabilitação e de saúde mental

Com o rápido desenvolvimento socioeconómico de Macau, o envelhecimento da população tem-se agravado, e a população necessita cada vez mais de cuidados de saúde especializados nos domínios do diagnóstico e da reabilitação. Por exemplo, de acordo com os dados da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos (DSCE), em 2017 mais de 233 mil doentes precisaram de fisioterapia e reabilitação, um aumento de mais de 10 mil doentes em comparação com as 216 mil terapias realizadas em 2016, ou seja, mais de 10%.

No entanto, a falta de camas em Macau e o longo tempo de espera para consulta têm causado grandes perturbações aos residentes, especialmente aos idosos que depois de terem sido operados têm de sair do hospital, para descansar, e não têm capacidade para tratar de si próprios. Devido à falta de tempo e de conhecimentos de enfermagem, os familiares podem facilmente perder o melhor período de tratamento e reabilitação do doente. E mais, a esta situação junta-se a falta de recursos humanos em Macau, nomeadamente em termos de terapeutas profissionais, e a grande quantidade de doentes, sendo difícil dar resposta às reais necessidades da sociedade.

Muitos residentes queixaram-se de que foram ao Centro Hospitalar Conde de São Januário para consulta médica e disseram-lhes que tinham de esperar mais de um mês, no mínimo, pela fisioterapia. De facto, não são os médicos que não querem ver os doentes, é falta de tempo e de camas, pois o tempo para cada doente é muito reduzido. Os residentes que não têm condições económicas suficientes não querem agarrar-se dolosamente ao hospital público e não abrir o bolso, mas se se deslocarem a uma instituição privada para tratamento médico, tem de pagar centenas de patacas por hora, e as famílias com dificuldades económicas não conseguem suportar este encargo.

Mas a luz vermelha de emergência não se aplica só à fisioterapia, aplica-se também à psiquiatria. No ano passado, foram atendidas 36000 pessoas na Consulta Externa de Psiquiatria do Hospital Conde S. Januário, um aumento de cerca de 15% em comparação com o ano de 2016. Na sequência do aumento da procura de serviços de psiquiatria por parte dos residentes, o Governo aumentou o pessoal médico e de enfermagem, neste momento são 17 os médicos especialistas, mas este aumento não foi acompanhado do aumento dos espaços e instalações disponíveis. Os doentes que necessitam de assistência médica estão a aumentar, mas como se sabe, ao fim de pouco tempo de internamento têm de sair e são enviados ao Instituto de Acção Social (IAS), mas como esta entidade não dispõe de instalações especializadas, acabam por ser reencaminhados para as instituições comunitárias, que não dispõem de

instalações complementares, e resultado é acabarem na rua, sem qualquer garantia de segurança, o que também afecta a segurança da sociedade.

Nos últimos anos, o Governo tem investido muitos recursos na área da saúde, mas os resultados estão ainda muito aquém das expectativas da sociedade. No futuro, após a conclusão do centro de reabilitação de Ká-Hó, vão ser disponibilizadas mais 160 camas, espera-se então que os serviços competentes aumentem o ritmo da construção, para que o centro possa entrar em funcionamento quanto antes, para oferecer tratamento aos doentes que necessitam de serviços complementares de diagnóstico e reabilitação, e salvaguardar melhor a condição das camas e o ambiente de tratamento. Face à actual falta de terapeutas e de camas, sugiro ao Governo que disponibilize subsídios provisórios para que as famílias com dificuldades económicas possam encontrar, temporariamente, outras alternativas para aliviar a pressão do hospital público, no sentido de promover a relação harmoniosa entre médicos e doentes.

Perante o grande desafio do envelhecimento da população e o aumento constante da procura de cuidados de saúde, o Governo deve assumir sempre as suas responsabilidades, desenvolver o sentido de responsabilidade, concretizar o lema “servir melhor o cidadão”, e fazer um bom planeamento geral e a longo prazo, tendo em conta as exigências e as necessidades gerais da sociedade no futuro. Mais, há que proceder, com antecedência, a vários planeamentos, no sentido de elevar, de forma contínua, a qualidade dos serviços de saúde, bem como elevar o sentimento de felicidade e o grau de satisfação da população.

IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 11.12.2018

Promover a elaboração do Regime Jurídico dos Museus

No ano passado, mencionei a questão da produção legislativa sobre a gestão dos museus. Embora os museus de Macau sejam relativamente pequenos, atendendo à dimensão de Macau, temos uma quantidade e variedade de museus consideráveis, com características próprias baseadas na longa história de encontro das culturas oriental e ocidental. Isto demonstra que o Governo da RAEM atribui grande importância à protecção e ao desenvolvimento dos museus. As visitas aos museus em articulação com os passeios pelas ruelas do Centro Histórico tornam as visitas mais interessantes. Para que os museus possam desenvolver-se e proteger-se, de acordo com a lei, é necessário considerar a criação duma lei dos museus. Sabe-se que em Hong Kong e no Interior da China já existem leis dos museus. É evidente que, nesta fase, não se trata de uma legislação urgente, mas para o desenvolvimento sustentável de Macau a longo prazo, também há necessidade de se legislar sobre esta matéria.

O Museu é uma unidade de herança cultural e de preservação do património cultural, e através de uma breve visita às relíquias culturais, os turistas podem ficar rapidamente a conhecer a nossa história e a nossa cultura. Nas LAG para o próximo ano, refere-se a criação da Casa Memorial de Xian Xing Hai e a finalização das obras de remodelação do Museu do Grande Prémio, que tem fama internacional, o que poderá contribuir bastante para o desenvolvimento turístico local.

Para além dos museus geridos pelo Governo, as exposições de obras de arte em hotéis internacionais está a desenvolver-se em Macau, com muitos hotéis de grande envergadura a exibirem as suas obras de arte próprias, permitindo aumentar a atmosfera cultural e artística.

No Interior da China e em Taiwan é dada grande importância ao regime de registo dos museus. A elaboração duma lei dos museus para os museus públicos e privados pode contribuir para o desenvolvimento do sector dos museus, para a instituição de um regime de registo e fiscalização dos bens e das colecções dos museus públicos e privados, para a avaliação anual e apoio financeiro aos museus, e ainda para a criação de um regime de inscrição e certificação dos museus, entre outros factores. Creio que se trata de um trabalho que pode ser realizado, uma vez que já existe o Centro Histórico de Macau.